



RELATO DO WORKSHOP:

ARTICULAÇÕES MULTISSETORIAIS NA EDUCAÇÃO PARA O USO SEGURO, CONSCIENTE E RESPONSÁVEL DA INTERNET NO BRASIL

05 de novembro de 2018, das 16:30 às 18:00

- **Formato**
 - Mesa Redonda

- **Proponente:**
 - Nome: Rodrigo Nejm
 - Gênero: Masculino
 - Estado: Bahia
 - Cidade: Salvador
 - E-mail: rodrigonejm@safernet.org.br
 - Organização: Safernet Brasil
 - Setor: Terceiro Setor

- **Co-proponente**
 - Nome: Neide Cardoso de Oliveira
 - Gênero: Feminino
 - Estado: Rio de Janeiro
 - Cidade: Rio de Janeiro
 - E-mail: neidec@mpf.mp.br
 - Organização: Ministério Público Federal
 - Setor: Governamental

- **Palestrante 1**
 - Nome: Gabriela Mora
 - Gênero: Feminino
 - Estado: Distrito Federal
 - Cidade: Brasília
 - Organização: Unicef
 - Setor: Terceiro Setor
 - Mini-biografia: Gerente de projetos na área de adolescentes e cidadania no Unicef Brasil, pesquisadora e especialista em comunicação com 20 anos de experiência. Já trabalhou no USAID Brazil (2003-2008), e IICRD (2011-2012).

- **Palestrante 2**
 - Nome: Neide Cardoso de Oliveira
 - Gênero: Feminino



- Estado: Rio de Janeiro
- Cidade: Rio de Janeiro
- Organização: Procuradoria Regional da República no Rio de Janeiro
- Setor: Governamental
- Mini-biografia: Procuradora Regional da República no Rio de Janeiro, Coordenadora do GT de Combate a Crimes Cibernéticos da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, coordenadora do Projeto Ministério Público Federal pela Educação digital. Atua nas discussões sobre governança da Internet relacionadas ao enfrentamento aos crimes, bem como nas políticas públicas de educação.

- **Palestrante 3**

- Nome: Daniele Kleiner Fontes
- Gênero: Feminino
- Estado: São Paulo
- Cidade: São Paulo
- Organização: Facebook
- Setor: Empresarial
- Mini-biografia: Gerente de Programas de Segurança para a região da América Latina no Facebook. Já trabalhou na Casa Civil da Presidência da República do Brasil como consultora jurídica e integrou o Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Graduada em Direito pela USP – SP, mestre em Direito pela UNB e mestre (LL.M.) pela Universidade de Harvard (Law School).

- **Palestrante 4**

- Nome: Rosa Lamana
- Gênero: Feminino
- Estado: São Paulo
- Cidade: São Paulo
- Organização: EFAP - Sec. Educação do Estado de São Paulo
- Setor: Governamental
- Mini-biografia: Compõe a equipe da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo.

- **Palestrante 5**

- Nome: Viviane Rozolen
- Gênero: Feminino
- Estado: São Paulo
- Cidade: São Paulo
- Organização: Google Brasil
- Setor: Empresarial
- Mini-biografia: Graduada em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, pós-graduada em Comunicação Marketing e TI pela Fundação Instituto de Administração. No Google Brasil desde 2005,



atualmente integra a equipe de Trust & Safety, participando, dentre outros, dos projetos de educação para segurança e cidadania digital.

- **Palestrante 6**

- Nome: Fábio Senne
- Gênero: Masculino
- Estado: São Paulo
- Cidade: São Paulo
- Organização: CETIC.br / NIC.br / CGI.br
- Setor: Comunidade Científica
- Mini-biografia: Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília. É Coordenador de Pesquisas do Centro Regional de Estudos sobre o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br), ligado (CGI.br). Pesquisador na área de políticas públicas e comunicação, tem como área de interesse a relação entre a Internet e as políticas públicas.

- **Palestrante 7**

- Nome: José Guerra
- Gênero: Masculino
- Estado: Distrito Federal
- Cidade: Brasília
- Organização: Ministério da Educação
- Setor: Governamental
- Mini-biografia: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Parte da Coordenação Geral Educação em Direitos Humanos. Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.

- **Moderador(a)**

- Nome: Rodrigo Nejm
- Gênero: Masculino
- Estado: Bahia
- Cidade: Salvador
- Organização: Safernet Brasil
- Setor: Terceiro Setor
- Mini-biografia: Diretor de Educação da SaferNet Brasil, coordena as ações de educação em Direitos Humanos para promover o uso responsável e seguro da Internet com liberdades. Membro do Grupo de especialistas das pesquisas TIC Kids Online e TIC Educacao do CETIC.br/NIC.br. Pesquisador pós-doutorando na área de interações sociais e privacidade nos ambientes digitais no PPGPSI/UFBA.



- **Relator(a)**

- Nome: Élisson Diones Cazumbá Cerqueira Pinto
- Gênero: Masculino
- Estado: Bahia
- Cidade: Salvador
- E-mail: elissondiones@gmail.com
- Organização: Youth Observatory
- Setor: Comunidade Científica

Objetivos:

PROPOSTOS: A proposta é realizar um debate multissetorial sobre as estratégias em curso na área de educação para promoção do uso seguro, consciente e responsável da Internet, como previsto no Art. 26 do Marco Civil da Internet no Brasil. A partir dos relatos breves de experiências nos diferentes setores, o debate será realizado em torno das novas oportunidades e limites para amplificação destas ações nas políticas públicas de educação, com destaque para duas grandes áreas: a) articulação do tema com a nova Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Básico e b) articulação com formação básica de profissionais no Ensino Superior. A partir da apresentação dos principais indicadores das pesquisas TIC Kids Online e da TIC Educação (CETIC.br), os palestrantes farão apresentações resumidas de iniciativas que buscam dar escala às ações de educação para uso seguro e responsável da Internet no Brasil, avaliando os desafios na articulação com as políticas públicas de educação, contemplando a diversidade de perfis de educadores habilitados para conduzir tal tipo de ação em sintonia com as previsões do MCI. A presença de representantes de empresas como a Google e Facebook, ao lado de representantes do Ministério da Educação e do Ministério Público, somadas às participações de representantes da SaferNet Brasil e do Unicef cria um contexto oportuno para uma visão panorâmica das ações em curso, o que favorece a sinalização de pontos de convergência para união de esforços.

ATINGIDOS: A partir das experiências dos palestrantes, foi realizada reflexão crítica dos indicadores apresentados pelo CETIC.br, considerados fundamentais para subsidiar as ações em curso e planejar programas futuros. As boas práticas apresentadas foram convergentes em muitos pontos, em especial na urgência de fortalecimento deste tema na pauta pedagógica. A discussão com a plateia foi moderada, com destaque para lacuna de regulações sobre a proteção de dados pessoais no Brasil e dificuldade de ampliar ações estruturadas na região norte do país. Apesar da lacuna de marcos regulatórios em relação a proteção de dados pessoais, houve consenso sobre a importância de outros marcos recentes, além do MCI, e que estimulam a educação para uso seguro como: Lei que instituiu programa nacional de enfrentamento ao Bullying, planos de educação em direitos humanos que contemplam Tecnologias digitais, competências gerais na Base Nacional Comum Curricular que estimulam uso crítico e cidadão da Internet.



Resultados:

PROPOSTOS: Pretendemos ter um panorama de boas práticas de massificação das ações educativas de promoção do uso seguro para facilitar e inspirar a integração dos diferentes esforços nas agendas de políticas públicas de educação relacionadas ao uso da Internet. O espaço também permitirá o registro de recomendações, críticas e sinalizações de pontos emergentes pelo público participante. O material pode servir de apoio às ações da câmara de segurança do CGI.br, bem como para as secretarias de educação e organizações que trabalham em torno do Art. 26 do MCI.

ATINGIDOS: *Pontos críticos:* Falta de engajamento de órgãos de gestão das secretarias de educação, dificuldade de engajamento de educadores de algumas áreas, carência de ações e projetos na região Norte do país, dificuldade de manter o engajamento dos educadores capacitados ao longo do ano, desafio para dar escala Nacional aos programas quando a gestão da educação básica é muito descentralizada, falta de tempo disponível para educadores interessados efetivarem ações de uso seguro no currículo escolar, muitos educadores e gestores ainda desconhecem Marco Civil da Internet, algumas ações e programas adotam abordagens proibicionistas como bloqueio de acesso e filtros de conteúdos, a rotatividade de professores dificulta a formação continuada, alguns educadores consideram que este tipo de orientação para alunos é obrigação exclusiva dos pais, diversidade de outros temas sociais urgentes na escola dificultam abordar uso seguro da Internet.

Justificativa em relação à governança da Internet:

Considerando que o Art. 02 do Marco Civil da Internet indica que a disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento, dentre outros, o respeito à liberdade de expressão, os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais, é fundamental que as ações de Educação para o uso seguro, consciente e responsável previstas no Art. 26 sejam inspiradas por estes mesmos princípios. Neste sentido, as fundamentações do Marco Civil podem ser articuladas com outros marcos regulatórios já previstos na Educação, a exemplo do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, das Diretrizes da educação básica e das competências gerais da nova Base Nacional Comum Curricular, aprovada em dezembro de 2017. Considerando a enorme carência de formação específica dos educadores para lidar com as tecnologias digitais na educação, conforme revelado nas pesquisas TIC Educação, e a diversidade de situações de risco vivenciadas por crianças e adolescentes on-line, indicados pelas pesquisas TIC Kids Online, a educação para o uso crítico, responsável e seguro da Internet permanece como uma pauta relevante no grande leque de temas envolvidos na governança da Internet. O uso intensivo e diário da Internet pelas novas gerações de crianças e adolescentes, bem como o uso por profissionais que se ocupam das políticas públicas de educação e proteção aos direitos humanos, não significa que estas populações tenham pleno acesso aos princípios de governança e uso da Internet no Brasil, tampouco condições

de ensinar as noções básicas de direitos e deveres online para um uso seguro, crítico e livre. Fortalecer a inclusão destes temas nas políticas públicas de educação, com linguagem apropriada e contextualizada, pode favorecer a massificação das noções básicas de direitos e deveres previstos no Marco Civil da Internet e no decálogo de princípios do Comitê Gestor da Internet.

Metodologia e formas de participação desenvolvidas durante o workshop:

Os palestrantes realizaram suas intervenções, com um tempo máximo de 10 minutos cada, sempre sinalizando para que as pessoas guardassem suas dúvidas para uma rodada de perguntas e contribuições ao final do painel. Acabando as falas dos palestrantes, foi aberto o microfone para que as pessoas pudessem fazer intervenções e perguntas aos palestrantes, que foram respondidas posteriormente.

Síntese dos debates

Conteúdo / Posicionamento / Proposta	Consenso, ponto a aprofundar ou dissenso	Observações
Maior parte das crianças e adolescentes são usuárias de internet	Consenso	Dados da TIC Educação e TIC Kids Online mostram que grande parte do público jovem hoje possui acesso à internet, sendo o celular o principal dispositivo de acesso; atenção às desigualdades de acesso e uso entre as classes menos favorecidas economicamente
Poucos educadores conhecem o Marco Civil da Internet	Consenso	Necessidade de ampliar divulgação do MCI e de materiais que ajudem compreensão por educadores;
Escolas estão investindo em mais iniciativas relacionadas ao uso da Internet	Ponto a aprofundar	Cresce o número de iniciativas relacionadas ao uso seguro da internet nas escolas, mas a maioria delas acontece nas escolas particulares e muitas vezes de maneira pontual; poucas possuem uma integração do tema ao currículo e projetos pedagógicos permanentes



<p>Cresce o número de estudantes que buscam os professores para orientações sobre o uso da internet</p>	<p>Consenso</p>	<p>Resultados de pesquisa da última TIC Educação mostram que cada vez mais os estudantes têm buscados os educadores para receber dicas e orientações acerca do uso seguro e responsável da internet; e nem sempre os educadores estão preparados para orientar e colher estas demandas, o que aponta para necessidade de mais formações</p>
<p>Os jovens são mais consumidores de conteúdo do que criadores</p>	<p>Ponto a aprofundar</p>	<p>Existe a necessidade de maior incentivo a criação de conteúdo para internet por parte dos jovens para que não sejam apenas consumidores; muitos jovens desconhecem a dinâmica de funcionamento da Internet e dos algoritmos tão importantes na atualidade; urgência de aprofundamento nas estratégias de ensino que contemplem o pensamento computacional como parte da educação para as mídias</p>
<p>Prevenção é mais eficiente do que punição</p>	<p>Consenso</p>	<p>Apenas a punição dos agressores ou novos marcos regulatórios não é suficiente nem eficiente para criar consciência cidadã e práticas de segurança. Educar ainda é a melhor alternativa para prevenção de violências também on-line;</p>
<p>Necessidade de inclusão do tema na Educação Básica</p>	<p>Consenso</p>	<p>Os jovens têm começado a usar a internet cada vez mais cedo, e a maioria dos pais não está preparada o suficiente para orientar os filhos sobre o uso da internet. Com isso se faz necessário um maior investimento e capacitação para que as escolas tratem do assunto desde a educação básica; pesquisas e indicadores são fundamentais para subsidiar políticas públicas e ações educativas baseadas em evidências e não apenas no pânico provocado pelas situações extremas de violência online</p>

<p>Crianças e adolescentes são públicos muito vulneráveis</p>	<p>Consenso</p>	<p>Apesar de aprenderem a usar sozinhos, ficam vulneráveis aos perigos na Internet quando não recebem orientação para lidar com riscos e evitar danos; uso instrumental não contempla todas as habilidades para um uso consciente e seguro</p>
<p>Professores precisam estar melhor preparados</p>	<p>Consenso</p>	<p>Para lidar com o tema, diferenciando risco de dano e não obrigatoriamente sendo professores de informática. É preciso conectar uso seguro com educação para cidadania;</p>
<p>Indicadores confiáveis são vitais para políticas públicas em torno do uso seguro</p>	<p>Ponto a aprofundar</p>	<p>A necessidade de se ampliar e aprofundar pesquisas de acesso público que gerem indicadores sobre hábitos de uso e segurança na Internet entre educadores e alunos, a exemplo das pesquisas TIC Kids Online e TIC Educação do CETIC.br. Importante contemplar dados estaduais;</p>
<p>Atuação multisetorial é vital</p>	<p>Consenso</p>	<p>Ações conjuntas de diferentes setores ajudam na criação de novos materiais, a exemplo dos recursos produzidos pelo Google com Youtubers. Empresas de tecnologia e sociedade civil podem contribuir muito com políticas públicas;</p>
<p>É preciso envolver mais os alunos / jovens nos programas e projetos</p>	<p>ponto a aprofundar</p>	<p>Ampliação da participação direta dos alunos nas ações, projetos e campanhas para mobilização entre pares com linguagem apropriada à realidade vivida. O protagonismo dentro das escolas pode ser muito valioso também para uma comunicação entre pares ajudar a prevenir situações de violência online.</p>
<p>Ministério da Educação poderia facilitar ampliação da escala das ações</p>	<p>ponto a aprofundar</p>	<p>Articulação das ações com Ministério da Educação para dar escala nos diferentes</p>

		Estados e Municípios que não possuem ações próprias.
Ainda há muitos alunos sem acesso, inclusão não foi superada;	ponto a aprofundar	Muitas escolas não tem conexão de internet, outras tem internet e não tem computador, outras têm computador e não tem internet. Existe a necessidade de

Links úteis:

- Detalhes do Workshop: <http://minhaagenda.nic.br/detalhes/932>
- Proposta Submetida: <https://forumdainternet.cgi.br/uploads/20632.pdf>
- Gravação do Workshop: https://www.youtube.com/watch?v=_DfW2trppN4

PERGUNTAS DA PLATEIA

Ariane - Existe uma agenda diferente para para os diferentes grupos (idades, gênero, classe social, outros) de crianças ou existe apenas uma agenda geral que abarque tudo?

Jamila - Pediu para que os representantes do poder público comentassem um pouco sobre os desafios para implementação de uma política de educação midiática, e como as diferentes iniciativas de inclusão digital nas escolas dialogam com essas políticas.

Greice - Pergunta para representante da Secretaria de Educação: Diante dos desafios que foram apresentados, qual a importância da participação dos gestores no aprimoramento desses desafios?

Priscila - Como fica a questão dos dados? Como são manipulados? Vocês tem algum plano? O assunto é pautado nos projetos que vocês estão desenvolvendo?

RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DA PLATEIA

Rodrigo - As próprias pesquisas mostram diferenças de rendas, entre outras, então sim há diferenças de abordagens.

Fábio - Como Rodrigo falou, não é possível fazer uma política única. A diferença é brutal quando olhamos perfis específicos da população, então é impossível uma política pública atender a todo mundo de modo geral.



Gabriela - As pesquisas fazem recortes, para ver as características de cada lugar e até orientar para a criação de políticas públicas. É importante entender as situações e lidar com essas informações ao planejar as políticas.

Rodrigo - Respondendo a questão da Jamila, vale ressaltar que cada estado tem um currículo, cada escola tem um currículo pedagógico particular. Existem várias iniciativas com o foco em levar conhecimento aos gestores para ajudar na formação dos projetos político pedagógicos das escolas.

José - Nós (MEC) estamos trabalhando em fortalecer essa nossa rede de instituições para fortalecimento dos projetos.

Rosa - Cada escolas têm sua autonomia em seus trabalhos, mas estamos trabalhando para levar esses temas para os currículos. O gestor tem um papel muito importante, até fundamental, para o resultado desses projetos. As escolas em que o gestor está bem envolvido e informado têm os melhores resultados nesses temas.

Neide - O tema da privacidade é integrado na agenda das oficinas. E os projetos não são vinculados a governo, mas o MPF faz parcerias com instituições governamentais para maior disseminação, criação de materiais, iniciativas e etc.

ENCERRAMENTO